

Sarney diz a Quércia que plebiscito poderia seguir o exemplo espanhol

Comparação com referendo de 1978 é duvidosa

O plebiscito espanhol a que o presidente José Sarney se referiu em Piquete aconteceu em 6 de dezembro de 1978, quando 88% dos eleitores espanhóis (à época, na casa dos 23 milhões) votaram a favor da Constituição concluída um mês antes pelo Parlamento. Apenas 8% foram contra o texto; o restante dos votos foi constituído de brancos e nulos.

Antes do plebiscito de 78, os espanhóis já tinham comparecido às urnas no dia 15 de dezembro de 1976 para referendar a transformação das Cortes — espécie de Parlamento com partido único criado pelo general Francisco Franco — em Parlamento bicameral. Votaram "sim" 94,2% dos espanhóis (ou 16,5 milhões), contra 2,6% (450 mil) pelo "não".

A diferença entre este referendo nacional e o proposto inicialmente

pelo governador do Rio, Wellington Moreira Franco (PMDB) — encampado anteontem por Orestes Quércia (SP) e Pedro Ivo (SC) —, é que o plebiscito espanhol abrangeu todos os dispositivos da nova Carta, enquanto a proposta dos governadores se limita à aprovação do sistema de governo. Outra diferença importante é que, na Espanha, o Parlamento não fora eleito com poderes constituintes. No Brasil, ainda que se discuta a falta de separação entre funções legislativas normais e a redação da lei fundamental, o Congresso foi investido desta última função. Um referendo sobre o conjunto do texto — e não apenas para um tema sobre o qual aparentemente não existe consenso possível — representa, neste caso, a falência de todo o mecanismo da representação política.

Da Reportagem Local e da Redação da Folha

O presidente José Sarney disse ontem de manhã ao governador de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB), durante a visita presidencial ao município de Piquete (202 km a nordeste de São Paulo), que — de acordo com a reprodução da conversa feita por Quércia — "ampliaria a idéia do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, de um plebiscito sobre o sistema de governo, em favor de um plebiscito amplo, para que o povo respondesse se aceita ou não a totalidade da nova Constituição brasileira". Sarney, segundo Quércia, chegou a citar como exemplo a consulta feita na Espanha para aprovação da Constituição. O presidente foi a Piquete para inaugurar a unidade de fabricação de nitrocelulose da Fábrica Presidente Vargas, da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel).

O relato foi feito por Quércia em entrevista coletiva, às 13h45, na Base Aérea de Guaratinguetá (SP), pouco depois do retorno do presidente a Brasília. Ainda segundo o governador, o presidente disse que a idéia do plebiscito é "uma questão em aberto para debates". O presidente Sarney também teria afirmado que o regime presidencialista acabará sendo aprovado no Congresso constituinte e que este sistema de governo é o ideal para o Brasil.

Sarney chegou ontem, às 8h20, à Base Aérea de Guaratinguetá, de onde seguiu, de ônibus, para Piquete. Estava acompanhado pelos ministros do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, e do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, além de outras autoridades militares. Na fábrica da Imbel, visitou e inaugurou a unidade de nitrocelulose, matéria-prima para fabricação de pólvora e propelentes para foguetes, além de ter anunciado o envio ao Congresso de um projeto de lei reduzindo para 25 anos o tempo de serviço dos trabalhadores que manuseiam munições e explosivos em fábricas militares da União.

Leonidas e Vargas

Em seu discurso na Imbel, às 9h40, Sarney disse que "o Brasil vive um momento de perfeita paz interna" e



Piquete, a 202 km de São Paulo

que "é um país sem inimigos", fazendo, em seguida, elogios às Forças Armadas e, especificamente, ao ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, "que, com seu entusiasmo, competência e abnegação, tem colocado o Exército à altura dos grandes desafios do Brasil de hoje". O presidente acrescentou, de improviso, que "a sua passagem (do general Leonidas) pelo comando do Exército marca uma etapa histórica na modernização desta gloriosa arma".

Ao elogiar Leonidas e as Forças Armadas, Sarney citou o ex-presidente Getúlio Vargas. "Como disse uma vez o presidente Vargas, que dá nome a esta fábrica, 'o Exército é um dos maiores fatores da unidade nacional... E os destinos da nacionalidade podem cumprir-se, com segurança, debaixo da lei e amparados na disciplina das Forças Armadas'", afirmou o presidente no discurso.

Sarney disse ainda que "o conhecimento do dever, a consciência da responsabilidade histórica são a marca de nosso Exército, que tem sabido renovar-se dentro de uma sólida tradição de patriotismo e de dedicação ao Brasil, e é hoje um dos firmes suportes da nossa transição para a democracia". Perguntado, depois, sobre o que achara do discurso presidencial, o general Leonidas afirmou: "Tomei a determinação pessoal de entrar em recesso da palavra e peço respeito por isto".

Já no comício diante da Prefeitura de Piquete, o presidente Sarney disse que o Brasil "é um país marcado pelas injustiças sociais e divisões de toda natureza", acrescentando que "só a unidade pode levar o país a ter menos dificuldades do que tem".

Leia a opinião da Folha no editorial "Parlamentarismo e Plebiscito", à pág. A-2



Matuitti Mayezo

MANIFESTAÇÃO EM PIQUETE

Uma manifestação (foto) de cerca de vinte operários demitidos da Ericsson, de São José dos Campos (85 km a nordeste de São Paulo), que levavam uma faixa pedindo 37,74% de aumento salarial e readmissão de funcionários, foi o único momento de caráter reivindicatório durante a visita do presidente José Sarney, ontem, ao município de Piquete (SP). Enquanto Sarney ainda estava na

fábrica da Imbel, um assessor do governador Orestes Quércia fez discurso, no palanque em frente à Prefeitura, pedindo "aplausos antecipados" para Sarney e sugerindo que "não fosse feita qualquer manifestação a não ser de alegria". Liderados pelo vereador petista Bérnago Pedrosa, de São José dos Campos, os operários entregaram um dossiê sobre suas reivindicações.



Marcus Vinício

O ministro Octávio Moreira Lima

Consultas têm vícios, afirma Moreira Lima

Da Sucursal do Rio

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, 61, afirmou ontem, na Escola Superior de Guerra (ESG), na Urca (zona sul do Rio), ao comentar a proposta do governador fluminense, Wellington Moreira Franco, 42, de se realizar um plebiscito sobre sistema de governo em caso de aprovação do parlamentarismo pelo Congresso constituinte, "que esses plebiscitos são eivados de vícios. Eles têm uma conotação emocional e não racional, e nós precisamos, sobretudo agora, de racionalidade nas nossas decisões".

Para o ministro, "qualquer forma de plebiscito é uma forma equivocada de a sociedade se manifestar". Moreira Lima condenou também o parlamentarismo, que "seria um desastre para o país".

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney decidiu romper ontem com todos os prognósticos de que faria concessões aos constituintes parlamentaristas. "Minha posição é de defesa intransigente do presidencialismo ortodoxo", disse ele, por volta das 13h30, a um grupo de quatro deputados paulistas, que o acompanhavam a bordo do Boeing 737 da FAB que retornava de Piquete (202 km a nordeste de São Paulo) com a comitiva presidencial.

"O recado é inequívoco e cristalino", disse o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), centro-direita, um dos passageiros do voo. Por volta das 17h30, outro interlocutor habitual do presidente e seu coordenador oficioso no Congresso constituinte, o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), centro, afirmava, após ser recebido em audiência no Planalto, que "as diretrizes estão lançadas, cabendo agora a nós cumpri-las".

Em outras palavras, o presidencialismo passava a ser aparentemente inegociável, sendo visto, em sua versão "ortodoxa", sem enfeites institucionais como a figura de um primeiro-ministro que não seria chefe de governo — "um penduricalho", como afirmou o deputado José Genoino (PT-SP), esquerda. Genoino é, circunstancialmente, a exemplo dos demais petistas e brizolistas, um aliado do Planalto.

Ora, foi justamente em torno da viabilização de "penduricalhos" que

ontem trabalhavam constituintes tão experientes quanto o deputado Ulysses Guimarães. Um de seus assessores, o jurista Miguel Reale Jr., ouviu pela manhã do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que a emenda de "presidencialismo mitigado" que ele próprio redigira, instruído por Ulysses, era um bom ponto de partida para as negociações.

Reale mantém a chefia de governo e de Estado nas mãos do presidente da República, criando, no entanto, um primeiro-ministro cujo gabinete pode ser derrubado pelo Congresso, e em cuja composição entra necessariamente um terço de deputados ou senadores. "É uma solução que força o presidente e o Congresso a um comprometimento mútuo", diz o jurista.

A hipótese de esta alternativa ter um perfil muito próximo do novo substitutivo que o relator Bernardo Cabral enviara ao plenário da Comissão de Sistematização era ontem levantada por gregos e troianos. "O caminho a meu ver será este", dizia o senador Fernando Henrique Cardoso. Porém, a inflexibilidade do Planalto — que minutos depois seria confirmada pelo porta-voz Frota Neto — mergulhava os constituintes na perspectiva do impasse.

Um impasse, a bem da verdade, também alimentado pelo núcleo parlamentarista mais ortodoxo, inspirado pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Sistematização, e traduzido na emenda ontem protoco-

lada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), centro. Carneiro disse textualmente à Folha que não iria transigir. Se houver acordo, complementou, "ele virá do entrecoste das emendas" no plenário da Sistematização. A seu ver, o projeto Reale, como fórmula intermediária, "é absurdo porque cria um funcionário a quem chamam de primeiro-ministro". Outro defensor da solução parlamentarista "pura", o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), centro-esquerda, qualificou a proposta de Reale como "um aleijão".

No confuso quadro assim criado, começaram a circular as primeiras estimativas, todas elas ainda pouco seguras, sobre de que maneira se dividirão os 93 integrantes da Comissão de Sistematização, caso a polémica levantada pela forma de governo chegue a plenário. O deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), centro-esquerda, diz dispor de um levantamento pelo qual a maioria simples de presidencialistas já estaria conquistada (48 a 45). Cálculo parecido (49 a 44) é atribuído a Prisco Viana.

São cifras suspeitas por partirem de adversários do parlamentarismo, mas com as quais também concorda um dos defensores daquele regime, o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), centro-direita: "As nuances dividem os parlamentaristas, e com isso o presidencialismo passa. Mas, na pior das hipóteses, a luta possibilitará o fortalecimento do Legislativo."